



Ata da Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Central de Cogeração de Capuava”, de responsabilidade de Capuava Cogeração Ltda, realizada no dia 15 de março de 2001, no Município de Santo André.

Realizou-se no dia 15 de março de 2001, às 19:00 horas, no Teatro Municipal de Santo André, na Praça IV Centenário, s/nº, na cidade de Santo André, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento “Central de Cogeração de Capuava”, de responsabilidade de Capuava Cogeração Ltda. Dando início à audiência, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, depois de anunciar que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Deputado Ricardo Tripoli – que, não podendo estar presente, havia-lhe pedido para representá-lo -, saudava e dava as boas vindas a todos que haviam comparecido, informou que passaria a compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazerem parte, representando o Consema, o Cons. Márcio Cammarosano, e representando a Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais – CPRN, o Ass. Sérgio Roberto. Em seguida, depois de expor resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 50/92 para a condução das audiências públicas, convidou o representante do empreendedor para oferecer os esclarecimentos necessários. César Tadeu Darlei, Diretor da Petroquímica União, informou que o projeto se contrapunha à evasão industrial que vinha ocorrendo na região do ABC nos últimos anos; que a indústria química e petroquímica era o segundo maior segmento da economia do Estado de São Paulo, perdendo apenas para a área de serviço, e que era o principal setor da economia nos Municípios de Santo André e de Mauá; que a Petroquímica União investiu, nos últimos anos, 60 milhões de dólares em segurança, saúde e meio ambiente, modernização e otimização, dispondo de um programa de gerenciamento de risco modelar no Brasil; que, por estes motivos e devido a ameaça de racionamento de energia elétrica, decidiu-se desenvolver o projeto de cogeração em parceria com a Rolls-Royce, um produtor internacional de energia independente, com inúmeros projetos em todo o mundo, e que estava presente no Brasil desde 1950; que se optou pela usina de cogeração em detrimento da usina termelétrica a gás pelo fato de esse processo ser menos agressivo ao meio ambiente, uma vez que não exigia consumo de água para resfriamento, o que era um aspecto muito importante, levando-se em conta a situação crítica dos recursos hídricos no ABC, e que teria uma eficiência energética na casa de 78%, sendo que os postos de trabalho gerados durante a implantação e a operação da Capuava Cogeração seriam preenchidos preferencialmente com mão de obra local. O representante da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, Ricardo Simonsen, da JP Engenharia apresentou, grosso modo, as seguintes informações: que a Cogeração Capuava fazia parte do processo de modernização da infra-estrutura de energia elétrica e vapor da Petroquímica União, com capacidade de geração de 500 t/h de vapor para abastecimento interno e substituição de caldeiras geradoras de vapor já implantadas e em operação; que, além disso, injetaria na rede local, na concessionária Eletropaulo, 240 MW de energia elétrica; que a cogeração seria basicamente a geração simultânea de energia elétrica e vapor, com menores emissões de poluentes e maior eficácia na queima de combustível; que o processo de modernização da Petroquímica estava sendo desenvolvido basicamente em 3 etapas: a 1ª delas ocorreu em 97, a 2ª etapa em 98/99, como parte dos contratos de fornecimento de gás para Capuava Cogeração, convertendo as caldeiras geradoras de vapor e substituindo o óleo pelo gás, e a 3ª e última etapa desse processo se dará com a entrada em operação da Capuava Cogeração, num prazo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

previsto de 24 meses, entrando em operação em 2003; que, com o empreendimento, a região do ABC receberia 240 MW de energia elétrica, teria um aumento nas receitas tributárias da ordem de 67 milhões de reais por ano, uma provável atração de novas indústrias em virtude desse fornecimento mais confiável de energia, aumento da competitividade do polo petroquímico em consequência do aumento da competitividade da PQU e a criação de empregos diretos e indiretos; que o Estado de São Paulo sempre importou energia elétrica de outros locais e que a usina seria uma nova fonte de geração no Estado, sendo o investimento previsto da ordem de 400 milhões de reais; que o combustível seria uma mistura de gás natural e gás combustível com o produto do processo industrial da PQU, numa proporção de 85% de gás natural e 15% de gás combustível, e que o excedente do processo industrial seria queimado para gerar energia elétrica; que o empreendimento seria instalado na propriedade da Petroquímica União, não sendo necessária a aquisição de novas áreas industriais, com a possibilidade de utilização dos acessos, infra-estrutura e drenagem já existentes, eliminando impactos. Passou-se a etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientais Cadastradas no Consema. Manifestou-se Carlos Bocuhy, que teceu as seguintes considerações: que, se por um lado o empreendimento traria progresso para região, por outro trazia preocupações do ponto de vista da qualidade ambiental, principalmente quanto ao ar, já bastante comprometido pelas atividades industriais e pelas concentrações das atividades humanas; que ao longo dos anos a matriz energética brasileira baseou-se nas usinas hidrelétricas em virtude da abundância de rios no país, dando sustentação ao progresso, mas que seria o momento de esse desenvolvimento ser tratado de forma sustentável, racionalizando o uso da energia e partindo para alternativas mais limpas, ou se faria uma revisão da matriz energética brasileira, caminho este o escolhido, justificando, então, a preferência do Governo pelas usinas termelétricas; que 50 usinas termelétricas seriam instaladas em todo o país sem que houvesse qualquer discussão com a sociedade sobre a mudança da matriz energética; que esta mudança no Brasil era decorrente do gasotudo Brasil/Bolívia, planejado para substituir a queima do óleo combustível, trazendo ganhos ambientais com a redução da emissão de poluentes, embora, nesse empreendimento, houvesse não uma substituição e sim um incremento muito grande de poluição para a geração de apenas 240 MW de energia; que, com a instalação de todas as termelétricas previstas, o Brasil tornar-se-ia emissor de gases formadores do efeito estufa, comprometendo o aquecimento global; que a desregulamentação do Estado permitia que os empreendedores escolhessem os locais para o desenvolvimento de seus projetos, o que os levava, invariavelmente, a escolher locais com elevada demanda por energia, próximo a indústrias, em áreas já saturadas por poluentes, mas que a escolha da alternativa locacional para um empreendimento deveria levar em consideração os parâmetros ambientais, o que tornava inadmissível, por isso, a instalação destas termelétricas em locais já saturados como a Região do ABC, Cubatão e Paulínia; que as termelétricas produziram alguns gases precursores do ozônio, gás este que freqüentemente estava acima dos padrões na região, que contribuiriam para o agravamento dos problemas de saúde da população; que, apesar de a Secretaria do Meio Ambiente ser a única garantia da sociedade no tocante à segurança ambiental, o movimento ambientalista decidiu, numa reunião que ocorreu na Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo, no dia 13 de março último, fazer uma moção contra o desmantelamento do Sistema de Meio Ambiente do Estado de São Paulo em todos os aspectos, uma vez que a Cetesb, mesmo de posse dos dados que comprovavam a alta incidência do ozônio na região, convencera o prefeito de Cubatão a instalar um empreendimento semelhante ao que estava ali sendo discutido; que o regime dos ventos na região do ABC, conhecido por todos, traria de Mauá para as outras cidades circunvizinhas as altas taxas de ozônio lá



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

encontradas; que, caso o Brasil implementasse programas de conservação de energia, não seriam necessárias usinas termelétricas; e questionou o empreendedor pelo fato da não apresentação dos hidrocarbonetos e qual seria o procedimento do empreendedor no tocante ao artigo 42 da lei 908 de 1976, que dispõe sobre a instalação de atividades poluidoras em áreas saturadas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de órgãos e de entidades da civil, tendo feito uso da palavra inicialmente Otávio de Abreu, representante da Comissão de Moradores do Conjunto Habitacional Avenida do Estado, questionando o motivo da ausência dos representantes do Coletivo das Entidades Ambientais Carlos Bocuhy e Condesmar Fernandes no debate convocado pela Comissão de Meio Ambiente da OAB no dia 20/02, quando foi realizada uma reunião técnica sobre o empreendimento. Alcides Marinangelo, representante do Sindicato dos Petroleiros de Mauá, teceu os seguintes comentários: que depois de analisar os volumes do EIA/RIMA, o Sindicato elaborara um documento entregue à Mesa, que levantava as seguintes questões: 1. que, em relação ao balanço hídrico da região, o empreendedor informara que haveria um aumento de 90 m³/hora no consumo de água, sem informar, no entanto, a procedência da água, citando apenas que seria fornecida pela PQU. Desse forma, solicitava que fosse realizado um balanço hídrico de todo o sistema da usina; 2. que o relatório apontava um acréscimo de 1300% na emissão de hidrocarbonetos, mas que isso não foi exposto pelo empreendedor; 3. que algumas exigências importantes, impostas pela Secretaria do Meio Ambiente, como a necessidade de um balanço da emissão das turbinas em caso de operarem com outro tipo de combustível, foram colocadas somente no terceiro volume, não tendo o merecido destaque; 4. questionava como seria garantida a não-utilização de qualquer outro tipo de combustível que não o gás natural; que considerou uma verdadeira afronta um manuscrito feito pelo empreendedor encontrado no processo dentro da Secretaria do Meio Ambiente, que passa a ser transcrito: "Turbina Westinghouse-taxa de emissão Banco Mundial, talvez depois da cobrança formal da Secretaria do Meio Ambiente a Rolls-Royce que faz parte do empreendimento pressiona o fornecedor que talvez faria um rearranjo na turbina para baixar a emissão dos poluentes"; 5. que a opinião pública de Mauá e Santo André deveria analisar melhor o projeto; e 6. que solicitava informações quanto aos impostos a serem arrecadados com o empreendimento. Antonia Borges, representante da Sociedade Amigos dos Moradores da Favela Capuava, sugeriu que as pessoas que criticavam o projeto entrassem em contato com o conselho consultivo, a fim de se ter um melhor conhecimento acerca do empreendimento. Rosa Ramos, Coordenadora da Comissão do Meio Ambiente, da 38^o subseção da OAB de Santo André, teceu as seguintes considerações: que a legislação federal expressava com clareza a necessidade de ser incluída uma análise jurídica no estudo de impacto ambiental, e que esse lapso deveria ser preenchido pelo poder público ambiental; que, sendo assim, sugeria à Petroquímica a apresentação do planejamento financeiro dos seus investimentos ambientais, efetividade financeira da regulamentação ambiental, a tomada de consciência e motivação dos empregados em matéria ambiental, a antecipação concernente, as evoluções legislativas e regulamentares federais, locais e futuras de meio ambiente; que seria fundamental a realização de uma auditoria ambiental futuramente, a fim de averiguar-se o cumprimento das exigências constantes dos estudos; que a apresentação dos resultados da auditoria ambiental não implicaria na suspensão de qualquer ação fiscalizadora ou das obrigações de controle ambiental das atividades, não eximindo o poder público de inspecionar e, se constatada sua omissão ou inércia fiscalizadora, os servidores públicos responderiam criminalmente por seus atos; que seriam possíveis 2 tipos de auditoria ambiental, podendo ser feitas por organizações não-governamentais: uma fora das áreas do limite da propriedade da empresa auditada, medindo-se os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

efeitos externos da atividade nas águas, na atmosfera e no solo, contando ou não com a concordância da empresa, e a outra seria uma atividade das organizações não-governamentais no interior da empresa auditada, colaborando com o órgão público ambiental, mas contando com a expressa e indispensável concordância da empresa; e que seriam favoráveis ao empreendimento, desde que a Petroquímica apresentasse a sua política e seu programa ambiental. Dalva Regina Peres, representante do Partido Verde, fez os seguintes questionamentos: quais projetos sócio-ambientais seriam discutidos com a população; qual seria o prazo necessário para o desligamento das turbinas a serem substituídas pelas da Cogeração; quais seriam as garantias com relação à emissão dos gases e como se daria a fiscalização; que medidas estariam vinculadas à implantação da Cogeração para melhorar a qualidade atual da qualidade do ar, uma vez que passaria a ser de responsabilidade da Cogeração; se seriam colocados filtros para fazer lavagem desses gases para que fossem liberados com maior grau de pureza; quais aspectos da Cogeração favoreceriam o crescimento ou evitariam a evasão industrial; se a energia elétrica produzida seria repassada às indústrias a preços menores que os de mercado; se, em casos de racionamento, as empresas ou residências do ABC teriam prioridade no atendimento de fornecimento de energia; e que, se fora omitido da apresentação os hidrocarbonetos, como poderiam confiar nas outras informações que foram expostas. José Araújo Moreira, representante da Sociedade de Amigos da Vila Alicia teceu as seguintes considerações: que verificou que o balanço térmico estava incompleto, não abrangendo informações básicas como a temperatura de saída do vapor nas caldeiras de recuperação, nem o rendimento das turbinas; e que a turbina a ser instalada teria 40% de rendimento. Manifestou-se Márcio Cammarosano, representante do Consema, desculpando-se pelo fato de ter que se ausentar antecipadamente da audiência, mas que gostaria de deixar claro que houve uma solicitação da Seção da OAB de Santo André para que se discutisse na Comissão de Meio Ambiente o empreendimento e que a mesma foi acolhida, apesar de ter sido solicitada pelo próprio empreendedor, sendo que, para dela participarem, foram convidadas algumas entidades ambientalistas cadastradas no Consema, ocasião em que foi possível aprofundar o debate perante um grande número de pessoas e ouvir os questionamentos de ambientalistas seriamente comprometidos. O Secretário Executivo do Consema solicitou ao Conselheiro Marco Antonio Mróz que compusesse a Mesa Diretora de Trabalhos, devido a ausência do conselheiro Márcio Cammarosano. Walter José da Silva, representante do Conselho Municipal de Gestão Ambiental teceu os seguintes comentários: que apresentaria a conclusão de um relatório elaborado pelo Conselho, que passa a ser transcrito: “Analisando os dados do relatório constatamos que a Cogeração proposta incrementará economicamente e tecnicamente as atividades desenvolvidas no Polo Petroquímico, em especial da PQU. A inserção, no processo de produção do vapor, da geração de energia elétrica, aumentará a eficiência técnica na obtenção de energia uma vez que o consumo de combustíveis se manterá nos mesmos níveis atuais e beneficiará o retorno econômico, pois haverá adição da oferta de produtos para comercialização. Os níveis de emissão de poluentes se manterão praticamente inalterados o que é, por um lado, uma vantagem, pois, emitindo a mesma poluição, o empreendimento estará ofertando a mesma quantidade de vapor além da energia elétrica, agregando o valor na produção. Por outro lado, a manutenção da emissão dos poluentes atmosféricos não contribui para a melhoria da qualidade do ar da região, mesmo que minimamente, mantendo o impacto ambiental negativo que hoje existe e que passa a ser responsabilidade da Capuava Cogeração e não mais da PQU. Ainda com impacto ambiental positivo, mas de forma indireta, por trazer benefícios a outras localidades, o fato da implantação desse empreendimento substituir a necessidade de construção de termoelétrica ou hidroelétrica em outra região para suprir essa oferta de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

energia para o país. Dessa forma concluímos ao nosso ver que é possível a implantação do empreendimento desde que condicionado ao atendimento de exigências técnicas que visem melhorar as condições ambientais do Município. Assim indicamos alguns caminhos que devem ser seguidos para determinar as medidas necessárias para mitigar e compensar os riscos da implantação da usina da Cogeração. Medidas de mitigação: 1 - Envolvimento da população local e poder público nos planos de gerenciamento de risco e de ação de emergência de forma a capacitar os agentes envolvidos para acompanhar e monitorar os procedimentos. 2 - Consideramos como medida mitigadora o compromisso do empreendedor em desenvolver tecnologia que diminua a emissão de poluentes na atmosfera, pois no relatório fica patente que o empreendimento irá manter os níveis de emissão no mesmo patamar. É preciso um esforço concreto para minimizar as emissões. Medidas Compensatórias: Devido a complexidade do empreendimento e a identificação de que o maior impacto ambiental se dá na qualidade do ar entendemos que as medidas compensatórias devem visar a melhoria da qualidade do ar. No relatório foram apresentadas algumas medidas compensatórias, mas consideramos que elas, por mais importantes que sejam, podem fazer parte de uma ação ou medida, mas vão ser por si, uma vez que não visam compensar poluição emitida. Considerando que já foi indicado sugerimos que as ações contemplem 2 linhas de abordagem: A - Investimento da companhia em programas e projetos que promovam a diminuição da emissão de poluentes na atmosfera causados por outras fontes poluentes como, por exemplo, a diminuição da poluição veicular a partir da eletrificação de linhas de transportes coletivos entre outras. B - Investimento em reflorestamento de áreas públicas ou particulares por meio do estabelecimento de plano de manejo sustentável que promova o seqüestro de carbono da atmosfera, intuito claro de retirar poluentes do ar. Outro fator que preocupa é a questão do emprego, pois não está especificado a qualidade do emprego gerado nem mesmo a manutenção dos empregos existentes ligados direta e indiretamente na manutenção do sistema atual. Com relação aos impactos na saúde das pessoas, embora não haja dados conclusivos, é notório o aumento da incidência de casos de doenças respiratórias e cardiovasculares nos eventos de inversão térmica ou de piora significativa na qualidade do ar. Sendo assim, poderia haver alguma proposta de financiamento de programas nessa área. Agora, para implementação de medidas mitigadoras e compensatórias hoje, há necessidade de o poder público local e da sociedade civil organizada fortalecerem mecanismos gestores de meio ambiente existentes ou criar novos. Portanto, para garantir que o empreendimento busque realizar ações na direção de desenvolver tecnologia para minimizar a emissão de gases bem como implementação das medidas compensatórias faz-se necessário que órgãos estaduais, municipais e da sociedade civil organizada monitorem essas ações em conjunto com o empreendimento e alcance a meta de minimizar a poluição da região. Já as medidas compensatórias indicadas no relatório deverão ser reavaliadas no momento oportuno, uma vez que para a implantação do empreendimento ainda é necessário passar por outras fases do licenciamento ambiental." José Jaime Zacareli Salgueiro, representante do SESC Regional de Santo André comentou que, pelo fato da região do ABC ficar distante dos centros produtores de energia hidrelétrica, a instalação desta usina poderia reduzir o preço da mesma, além de garantir que novos "apagões" não mais ocorressem na região, oferecendo segurança para a empresa Petroquímica crescer e gerar mais empregos, além de proporcionar arrecadação de impostos para os Municípios. Antônio Tibério, representante da Central Única dos Trabalhadores do ABC esclareceu que apesar do empreendedor ter realizado dezenas de reuniões com a comunidade, elas não foram suficientes para esclarecer todas as questões abordadas, uma vez que a sociedade não teria o preparo necessário para o entendimento das questões técnicas acerca do empreendimento, e que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

não seria possível aplicar aqui os parâmetros das termelétricas européias, pois a realidade era completamente diversa e deveria ser adequada aos padrões próprios de cada região. Luís Antônio Andreazi, da Sociedade dos Empregados da Petroquímica, ratificou seu apoio ao empreendimento. Ivone Arruda de Carvalho, secretária geral do Movimento em Defesa da Vida teceu os seguintes comentários: que questionava se seria confiável o monitoramento realizado pelo próprio pólo, sugerindo que fosse efetuado pela Cetesb; que infelizmente a estação de medição da qualidade do ar estatal existente em Capuava monitorava apenas as concentrações de partículas inaláveis, não analisando diversos poluentes emitidos pelo pólo petroquímico, como os gases utilizados pelas caldeiras com componentes como o metano, etano, propano, dióxido de carbono; que tinha dúvidas quanto aos ruídos que seriam produzidos pelas turbinas, quando colocadas em funcionamento, e o que poderiam ocasionar; que questionava também como seriam colocados taludes e em que local seriam colocados os mesmos; e, sobre efluentes líquidos, questionava como ficaria a qualidade do Rio Tamanduateí. Amauri Ferraz de Jesus, da Associação de Defesa dos Direitos da Cidadania da Fazenda da Junta, questionou, considerando-se a evasão de inúmeras empresas da região ocorrida nos últimos anos aliada à instalação da usina de cogeração, se não seriam também diminuídos os impactos no meio ambiente da região, e que temia que a queda da produtividade estimulasse as empresas do Polo Petroquímico a saírem da região, provocando grande desemprego. Fábio Vital, do Fórum da Cidadania do Grande ABC, teceu os seguintes comentários: que um dos aspectos levantados em reunião recente realizada em sua entidade referia-se à demanda crescente de energia elétrica, lembrando que existia na região a Represa Billings, um manancial de uso múltiplo, disputado na privatização do sistema Henry Borden, e que, se a bacia era um manancial para abastecimento humano, então a instalação da termelétrica inviabilizaria a demanda da Henry Borden; que depois de analisados os materiais disponíveis fazia as seguintes recomendações; 1- que fosse realizado um estudo de impacto da poluição térmica; 2- que o processo de discussão não se encerre nestas audiências públicas, tendo continuidade, e que não fique atrelado a grupos, tendências ou interesses particulares ou corporativos, sendo ainda colocada uma agenda de discussões, agregada das colocações e indagações feitas aqui; 3- e 4- que fosse criada uma Câmara de Acompanhamento do Projeto, envolvendo entidades de Santo André e Mauá, para acompanhar a construção da usina, propondo, avaliando e recomendando projetos e ações como medidas mitigatórias, contrapartidas e compensações; 5- que as contrapartidas em questão fossem focadas para recuperação ambiental, educação e capacitação profissional prioritariamente, 6- que se definam metas, indicadores de melhoria contínua nesse empreendimento e acompanhamento das obras; e 7- que sejam assegurados os recursos para realização de auditoria ambiental independente. Wladimir Rodrigues Barbosa, representante do Instituto Acqua do ABC, declarou não haver percebido nenhuma preocupação do empreendedor com o fator indutor do empreendimento para o aumento na região, entre outros, do tráfego automotivo e da poluição, e sugeriu fosse implementada uma política pública que controlasse as atividades e os empreendimentos que nela pretendessem instalar-se. José Contreiras, representante do Grupo Ecológico Salve o Tamanduateí, apontou a necessidade de se implementarem adequadas medidas compensatórias para toda a região caso o empreendimento viesse a ser aprovado. José Antônio Pontes Pasternaki, representante da Sociedade Amigos de Capuava-Mauá, propôs a realização de um debate mais amplo sobre esse empreendimento. Hélio Diniz, representante do Movimento Pró-Paranapiacaba, comentou a importância demasiada que se dava à indústria em detrimento da agricultura brasileira. Cícero Antônio Costa de Freitas, representante da Sociedade dos Moradores do Parque de Santo André, declarou seu apoio ao empreendimento e pediu fosse realizado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

um debate amplo a seu respeito com a participação de todos os setores interessados. Sérgio Novais, representante do Sindicato dos Químicos do ABC, comentou que achava equivocado o atual modelo de energia adotado pelo Governo Federal, dado que era responsável pelo desperdício de 16,5% do total de energia produzida, em virtude de não se investir na manutenção das usinas. Condesmar Fernandes de Oliveira, representante do Movimento em Defesa da Vida de Santos, fez os seguintes comentários: que se deveria discutir, prioritariamente pela sociedade, a matriz energética brasileira, que englobava as hidrelétricas, termelétricas e energia de bio-massa; que, segundo o Governo, até 2004 o Brasil precisaria de 17 mil MW de energia/hora, o que poderia ser obtido com a “repotenciação” das atuais turbinas (7500 MW/hora) e com o controle da energia produzida e, posteriormente, perdida (6500 MW/hora); e que isso poderia ser discutido e posto em prática muito antes de se pensar na política das termelétricas. José de Almeida Correia, representante do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, fez as seguintes observações: que o uso de termelétricas nos países desenvolvidos era abundante pela inexistência de rios que suportem as hidrelétricas; que, mesmo assim, as termelétricas usavam filtros contra a emissão de poluentes, ao contrário do que se previa com o funcionamento daquelas que seriam instaladas no Brasil, o que considerava uma grande irresponsabilidade, uma vez que a emissão de monóxido de carbono aumentaria em 120%, a de hidrocarbonetos, em 1289%, a de hidrocarbonetos não-metânicos, em 229%, sendo estes dois últimos os grandes responsáveis pela formação do ozônio na baixa altitude. Virgílio Alcides de Farias, representante do Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC, teceu as seguintes considerações: que os córregos próximos ao empreendimento e o Rio Tamanduateí provavelmente não suportariam a demanda para serem gerados, pela usina, 500 toneladas de vapor/hora, isso sem levar em conta que a RMSP sofria um déficit de 10 mil litros de água/segundo; que propunha ao Consema que o padrão a ser seguido pelo empreendimento fosse o estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, e que fosse realizado um debate amplo com a participação de todos os setores da sociedade. Carlos Augusto César Cafú, representante do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, comentou que representava os Prefeitos dos sete Municípios do Grande ABC que apoiavam esse projeto por causa do desenvolvimento econômico sustentável que ele proporcionaria à região. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Américo Manuel Claro Apóstumo manifestou seu apoio ao empreendimento. Agnaldo Bragança informou ter trazido ilustrações que facilitariam a compreensão do empreendimento por parte dos presentes. José Alves Bento destacou a importância de se suprir o pólo industrial de Capuava com energia elétrica. Júlio Bassos observou que não havia lido nos documentos sobre o empreendimento nada a respeito de que o empreendedor se comprometia em cumprir as exigências técnicas estabelecidas no processo de licenciamento, o que levava a crer que a responsabilidade com o cumprimento dessas determinações seria conferida a terceiros, e que o empreendedor estava preocupado apenas em obter a licença. João Rodrigues de Souza declarou seu apoio ao empreendimento e observou que o empreendedor havia assumido o compromisso, não de forma documentada, em constituir um fórum que acompanhasse a implantação e o funcionamento do empreendimento e garantisse que esse projeto beneficiasse a comunidade. José Matosanes declarou que não havia necessidade de se construir uma obra complementar para produção do gás natural a ser usado pelo empreendimento, uma vez que já existia uma infra-estrutura para tanto, pois várias empresas da região já o utilizavam. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Armando Shalders Neto teceu os seguintes comentários: que 30% da matriz energética brasileira era constituída por hidrelétricas e 70%, provinha do petróleo usado em processos de combustão; que a termelétrica, em que a produção



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de vapor através do calor produz eletricidade, era completamente diferente do sistema de cogeração de energia, processo em que o vapor era produzido para suprir a necessidade de uma região específica; que, apesar de achar autoritário e centralizador o atual planejamento energético brasileiro, considerava importante a alternativa de se compor uma matriz elétrica constituída, em 12%, de gás natural; que a atual crise energética brasileira se dava não pela falta de potência das hidrelétricas, mas, sim, pela falta de água, e que seria muito mais viável a utilização do gás natural, por meio do processo de cogeração, como substituto de um combustível altamente poluidor, o petróleo, pois isso melhoraria a qualidade ambiental e aumentaria a eficiência do uso de energia dentro das indústrias. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Wanderley Siraque, Deputado Estadual, esclareceu que a termelétrica seria importante para o pólo químico e petroquímico, que era responsável por 40% e 50% da arrecadação dos Municípios de Santo André e de Mauá, respectivamente, segundo informações oficiais. Antônio Leite, Vereador do Município de Santo André, pediu aos empreendedores que oferecessem informações sobre a quantidade de óxido de nitrogênio, monóxido de carbono e resíduos de enxofre que seriam lançados na atmosfera e os valores das emissões atuais, a fim de que fosse possível estabelecer-se uma comparação. Carlos Augusto, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Santo André, depois de declarar que a audiência pública que se desenvolvia era uma demonstração de respeito à cidadania, algo novo entre nós, comentou que a Câmara Municipal solicitava, constantemente, à Cetesb, que se posicionasse a respeito dos empreendimentos que pretendiam instalar na região e que, com base nessas opiniões, apoiava a criação de uma comissão popular para fazer o acompanhamento da implantação desse empreendimento e fiscalizar o seu funcionamento. Maria Ferreira de Souza, Vereadora do Município de Santo André, pediu aos empreendedores informações detalhadas sobre o ruído que seria gerado pelo empreendimento, e se ele estava dentro do padrão estabelecido pelo Conama, e solicitou também que informassem como foram obtidos os dados apresentados relativos ao material particulado, e que apresentassem um quadro comparativo dos custos com a implantação de uma termelétrica e de uma hidrelétrica. Jurandir Calo, vereador de Santo André, teceu os seguintes comentários: que seria uma irresponsabilidade a liberação provisória para a instalação da usina, porque quem deveria decidir se desejava ou não o empreendimento era a sociedade de Santo André; e que reforçava a proposta de Carlinhos Augusto para se criar um fórum municipal que reunisse todas as partes envolvidas para debater a implantação da usina e garantir sua fiscalização. Márcia Rosa, vereadora por Cubatão, fez os seguintes comentários: que a cidade de Santo André deveria promover um amplo debate sobre a questão para se evitar que os mesmos erros cometidos em Cubatão fossem ali repetidos; que o aparente desenvolvimento trazido pela obra não compensava a perda da qualidade de vida provocada pela poluição por ozônio e hidrocarbonetos; que a permissão da implantação de uma termelétrica em Cubatão fora uma irresponsabilidade por parte do Consema devido aos problemas já existentes naquela cidade; que a compra do gás da Bolívia saía muito cara para o país por ser feita em dólar e custar o dobro da produção de energia equivalente em uma hidrelétrica; que a avaliação da qualidade do ar atmosférico deveria se basear na média dos últimos cinco anos, e o que fora apresentado no EIA/RIMA eram levantamentos oscilantes de apenas três anos; e que a matriz energética que deveria ser discutida era principalmente a utilizada pela população comum, que perfazia 80% do total. Professor Luizinho, deputado federal, fez as seguintes colocações: que a discussão naquela assembléia ficara bipolarizada entre aqueles que criticavam o empreendimento, sem avaliar as necessidades energéticas do país, e os que buscavam alternativas para esse problema, como as termelétricas, mas que a avaliação do processo deveria ser feita de uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

forma mais objetiva; que era contrário às privatizações, mas no caso desse empreendimento não se tratava de uma ingerência da iniciativa privada nas coisas públicas e sim da assunção de todos os ônus por uma empresa particular, cabendo ao governo apenas o controle da poluição gerada; que não encontrara ainda nenhuma opinião contrária à formação de uma comissão da sociedade civil para acompanhar o processo de implementação da termelétrica e era ele próprio favorável a essa idéia; e que a região do ABC escolhera trilhar o caminho do desenvolvimento sustentado, respeitando o meio ambiente mas mantendo e gerando empregos, e lutara muito pela implantação do Pólo Petroquímico, para o que se precisava de energia. Gilberto Giba Marçon, Vereador de São Bernardo do Campo, afirmou estar preocupado com o possível aumento da temperatura, com os projetos de recuperação ambiental do entorno do empreendimento e com a procedência e nível de tratamento da água consumida e questionou se São Bernardo do Campo seria indenizada pela agressão ambiental na região. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. João Avalvileno, Vice-prefeito do Município de Santo André, afirmou seu apoio ao empreendimento. Maurício Mindrichi, Diretor Superintendente do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André, comentou que o Gesan, na tentativa de diminuir a poluição, havia solicitado a instalação de filtros no empreendimento ou a realização de outros procedimentos possíveis; que o empreendimento traria novos empregos e geração de impostos; e que seria muito importante a realização de outros fóruns de discussão, assim como o monitoramento do empreendimento e a garantia de que este seja feito de acordo com as proposições contidas no EIA/RIMA. Nádia Sonequi, Secretária do Desenvolvimento Econômico e do Trabalho de Santo André, observou a importância do empreendimento para a retomada do crescimento industrial da região. Passou-se à etapa das réplicas. Luiz Otávio, representante do empreendedor, comentou que um eventual empréstimo do BNDES era por lei limitado aos equipamentos nacionais, ou seja, o BNDES financiava o produtor nacional de equipamentos e não o empreendedor e que qualquer nova fonte de energia sempre provocaria uma diminuição dos preços da mesma. Ricardo Simonsen, representante da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, respondeu aos vários questionamentos técnicos referentes ao EIA/RIMA do empreendimento, assim como o técnico Jorge, da Petroquímica União, que respondeu a questionamentos feitos sobre o abastecimento de água. O Conselheiro do Consema, Carlos Alberto Bocuhy, fez os seguintes comentários: que se preocupava pelo fato de não haver uma lei específica do CONAMA que determinasse as medidas das chaminés das termelétricas, fato este que poderia prejudicar seriamente a saúde da população; e que outro ponto importante de preocupação e discussão era a alta taxa de ozônio da região, devendo-se levá-lo em conta quando da avaliação do EIA/RIMA. O Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, depois de informar que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas, esclareceu que aquele que, eventualmente, tivesse ainda qualquer contribuição a oferecer e quisesse agregá-la ao processo, teria o prazo de cinco (5) dias úteis para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente neste setor. Em seguida declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Ricardo Tripoli, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Germano Seara Filho, lavrei e assino a presente ata.

GSF-MKA-ARP